



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

20/3/2019

Aprovação do Conselho  
Técnico-Científico

10/4/2019

## **Ficha de Unidade Curricular (FUC) de Direito das Execuções**

**Curso(s):** Licenciatura em Solicitadoria e Administração

**Ano Curricular:** 3ºano

**Semestre curricular:** 2º Semestre

**Ano lectivo:** 201819

**Docente Responsável:** Rita Gonçalves Ferreira da Silva

## Unidade Curricular

Designação:	Direito das Execuções
Curso(s):	Licenciatura em Solicitadoria e Administração
Ano curricular:	3ºano
Semestre curricular:	2º Semestre
Número de ECTS:	5
Horas de contacto:	67,5

## 1. Corpo Docente

\*\*\*Replicar pelo nº de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC.

Nome: Rita Gonçalves Ferreira da Silva  
Email: rsilva@iscac.pt

## 2.Funcionamento

### a) Objectivos:

Face à natureza das questões, optou-se por escolher aspetos considerados mais relevantes na área do direito executivo, com especial incidência nos aspetos práticos da tramitação do processo executivo. Pretende-se dotar os alunos de conhecimentos e capacidade de análise e discussão de aspectos fundamentais no âmbito da acção executiva, bem como de aplicação prática na tramitação do processo executivo.

### b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:

1.1. Obrigatoriedade de presença em 75% das aulas ministradas.

#### 1.2 Metodologia de avaliação

A avaliação de conhecimentos pode ocorrer sob a forma de:

1.2.1 Avaliação distribuída ao longo do semestre letivo

1.2.2 Avaliação final

##### 1.2.1. Avaliação distribuída ao longo do semestre letivo

A avaliação será constituída pela realização de duas provas de frequência (exame escrito):

1.ª frequência (exame escrito)

i) Data e hora de realização: 01.04.2019, às 18:30;

ii) Duração do exame escrito: 1 hora e 30 minutos;

iii) Critérios de avaliação que serão levados em conta na correção da frequência: apresentação e sistematização das respostas, pertinência dos conteúdos, capacidade de raciocínio e crítica sobre as matérias lecionadas e cuidado na redação e exposição das respostas, numa perspetiva ortográfica e gramatical, bem como coerência ou lógica dos raciocínios.

iv) Mínimo para admissão a 2.ª frequência: 8 val.

2.ª frequência (exame escrito)

i) Data e hora de realização: 05.06.2018, às 17:00;

ii) Duração do exame escrito: 1 hora e 30 minutos;

iii) Critérios de avaliação que serão levados em conta na correção da frequência: apresentação e sistematização das respostas, pertinência dos conteúdos, capacidade de raciocínio e crítica sobre as matérias lecionadas e cuidado na redação e exposição das respostas, numa perspetiva ortográfica e gramatical, bem como coerência ou lógica dos raciocínios.

iv) Mínimo para aprovação na 2.ª frequência: 8 valores.

Cada frequência tem a cotação de vinte valores, sendo a nota final encontrada, com arredondamento, pela divisão desse valor pelo fator dois.

Considera-se aprovado o aluno que obtenha nota igual ou superior a dez valores.

##### 1.2.2 Avaliação final (Exame escrito)

Este tipo de avaliação consistirá num exame escrito com duração de 2 horas, abrangendo a totalidade da matéria lecionada no semestre. Neste sistema não existe a obrigatoriedade de frequência mínima às aulas.

Na correção do exame escrito serão levados em conta a apresentação e sistematização das respostas, a pertinência dos conteúdos, a capacidade de raciocínio e crítica sobre as matérias lecionadas e o cuidado na redação e exposição das respostas, numa perspetiva ortográfica e gramatical, bem como coerência ou lógica dos raciocínios.

Considera-se aprovado o aluno que obtenha nota igual ou superior a dez valores.

Os alunos que na 1.ª frequência obtenham uma nota inferior a 8 val. são automaticamente admitidos a avaliação

final da unidade curricular.

**c) Programa:**

1. Processo declarativo e processo executivo
2. Fundamento da execução
3. Título executivo
4. A certeza, a exigibilidade e a liquidez da obrigação
5. As partes
6. Patrocínio Judiciário
7. Competência do Tribunal
8. Formas do processo executivo
9. Agente de execução
10. Juiz de execução
11. Execução para pagamento de quantia certa:
  - 11.1. Requerimento executivo
  - 11.2. Despacho liminar e citação prévia
  - 11.3. Oposição à execução
  - 11.4. Penhora
  - 11.5. Oposição à penhora
  - 11.6. Citações e concurso de credores
  - 11.7. Pagamento
  - 11.8. Extinção e anulação da execução
12. Execução para entrega de coisa certa
13. Execução para prestação de facto
14. Processos executivos especiais: o caso da execução por alimentos

**d) Bibliografia:**

- Candeias, Ricardo Marques, “Sumários desenvolvidos”, 2014; - Ferreira, Fernando Amâncio, “Curso de processo de execução”, 13.<sup>a</sup> edição, Almedina, 2010; - Freitas, José Lebre de, “A ação executiva - À luz do Código de Processo Civil de 2013”, 7.<sup>a</sup> edição, Gestlegal, 2017; - Marques, J P Remédio, “Curso de processo executivo comum à face do código revisto”, Almedina, Coimbra, 2000; - Mesquita, Lurdes e outro, “A ação executiva no novo CPC”, Editora Vida Económica, 2013; - Paiva, Eduardo e outro, “O processo executivo e o agente de execução”, Coimbra Editora, 2014; - Pereira, Joel Timóteo Ramos, “Prontuário de formulários e trâmites — Processo civil executivo”, Vol. IV, 4.<sup>a</sup> edição, Quid Juris, 2007.